

Caros colegas, caras colega, senhores, senhoras,

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer (também em nome de todo o Secretariado Geral da UIM) a Presidência da APaMagis, e também ao colega e amigo Dr. Walter Barone, pelo convite para participar desta Assembleia. Meus agradecimentos estendem-se a todos que colaboraram para a organização deste evento. Por outro lado, aproveito a ocasião para particularmente parabenizar a AMB pela contribuição extraordinária que, sempre, nos prestou durante toda a vida da União Internacional de Magistrados (69 anos!).

As seguintes informações, que eu retiro de nossos arquivos oficiais (mas também da minha experiência pessoal de mais de 30 anos a serviço da UIM) mostram que o Brasil, além de ser um “País abençoado por Deus e bonito por natureza”, é também um pilar fundamental de nossa organização!

Como provavelmente é do conhecimento de todos, em 1953 (em Salzburgo, Áustria), a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB foi uma das fundadoras da União Internacional de Magistrados: o único país não-europeu, das seis associações fundadoras.

Em seus 69 anos de história, a UIM teve três Presidentes brasileiros:

- 7º [sétimo]. Oscar Tenório, que foi eleito em Tunes (de 1970 a 1972);
- 14º [décimo quarto]. Felipe Augusto de Miranda Rosa (de 1984 a 1986);
- 24º [vigésimo quarto]. Sidnei Beneti (de 2004 a 2006).

É preciso mencionar também que a UIM teve sete Vice-Presidentes brasileiros:

- Duarte (de 1963 a 1967);
- Roquette Vaz (de 1972 a 1974);
- Francis Davis (de 1990 a 1994);
- Henrique Calandra (de 1994 a 1998);

- Guinther Spode (de 2006 a 2008);
- Rafael De Menezes (de 2014 a 2020);
- Walter Barone (de 2021, é o atual Presidente do Grupo Ibero-americano da UIM).

A Associação dos Magistrados Brasileiros hospedou cinco reuniões mundiais anuais da União Internacional de Magistrados:

- 14. Rio de Janeiro e Brasília: 16 e 21 de agosto de 1971;
- 21. Rio de Janeiro: 28 e 30 de agosto e 1 de setembro de 1978;
- 36. São Paulo: 6, 7 e 9 de setembro de 1993;
- 43. Recife: 18, 20 e 21 de setembro de 2000;
- 57. Foz do Iguaçu: 9-13 de novembro de 2014.

Isso significa que o Brasil (juntamente com a Áustria) é o país que hospedou o maior número de reuniões mundiais anuais da UIM (com 5 de um total de 63).

A Associação dos Magistrados Brasileiros também organizou 4 reuniões do Grupo Ibero-Americano:

- Porto Alegre: 16 de abril de 2004;
- Recife: 18 de maio de 2011;
- Brasília: 16 de abril de 2018;
- São Paulo: 1º de junho de 2022.

Convém destacar, ainda, que, além das cinco reuniões mundiais anuais acima mencionadas, a primeira delas, isto é, a que teve lugar no Rio de Janeiro e em Brasília em 1971, foi dedicada ao tema da proteção do meio ambiente. No final dela, aprovou-se uma resolução, chamada a “Carta de Brasília”, que foi publicada na seção histórica de nosso *site web* da UIM.

Esta Carta elogiava, entre outras coisas, as disposições do código civil brasileiro de 1916, que, pela primeira vez, estabeleceu, na própria definição do conceito de direito de propriedade (ver o artigo 1.228) que “O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de

conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas”.

Cabe lembrar aqui que, entre outras coisas, a Carta de Brasília observou que a divisão de competências e de poderes entre os tribunais dos diversos Países constitui-se em obstáculo a uma luta eficaz contra os crimes ambientais cometidos em alto-mar.

*Sur le plan judiciaire, il appa
des competences entre les divers Eta
de façon satisfaisante la répression c*

A Carta de Brasília solicitou, portanto, a criação de uma jurisdição internacional em matéria de meio ambiente.

*L'avenir revelera sans aucune
d'instituer d'une part une juridiction*

*En attendant, il serait souhai
nationales s'efforcent de coordonner
ment soit organisée dans le cadre de
spécialisée e créer ou à défaut d'un*

Caros colegas,

Voltando aos assuntos próprios da atividade recente da nossa organização, devo dizer que os últimos anos foram anos de intenso trabalho na longa vida da UIM. O número dos países membros chegou a 94 e a UIM teve que enfrentar varias situações difíceis e delicadas que ocorreram nestes últimos cinco anos, que já tiveram e ainda terão um impacto crucial na história da nossa associação.

Um primeiro grupo de problemas atingiu a situação da independência do poder judicial em peculiares circunstâncias políticas e sociais. Podemos destacar aqui em primeiro lugar o caso dramático da Turquia, onde milhares de colegas foram demitidos e encarcerados. A UIM reagiu logo organizando uma rede de ajuda aos colegas atingidos dessas medidas e as famílias deles. Nós conseguimos também a atribuição do Prêmio “Václav Havel” do Conselho da Europa para o nosso colega Murat Arslan, Presidente e co-fundador da YARSAV (Associação dos Magistrados da Turquia), que ainda está detido pela única e exclusiva “falha” de ter lutado pela independência do poder judicial em seu país. A UIM preparou meticulosamente a candidatura de Murat Arslan e durante o primeiro semestre de 2017 apresentou-a na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, que concedeu o prêmio para Murat no mês de outubro do mesmo ano.

Eu queria citar igualmente os problemas que surgiram na Polônia, na Hungria e em outros países europeus, onde a UIM foi chamada a estudar o impacto de muitas reformas sobre a justiça, emitindo resoluções e denunciando os ataques a independência judicial frente do Conselho da Europa e da União Europeia. Outro grave problema surgiu de recente na Tunísia, um país africano onde o poder judicial tinha um bom nível de independência; em fevereiro deste ano, o chefe do estado anunciou a dissolução do Conselho Superior da Magistratura e a UIM organizou urgentemente varias iniciativas, inclusive a celebração da reunião anual do Grupo Africano da UIM em Tunis, junto com uma conferência internacional sobre o assunto da independência da justiça no continente africano.

A UIM foi chamada também a colaborar na organização de atividades de socorro pelos juízes do Afeganistão (em particular pelas juízas mulheres) e da Ucrânia, seguindo os eventos terríveis que aconteceram naqueles países.

Outros graves problemas foram surgindo no plano geral, seguindo a pandemia da Covid-19. Aqui também a reação da nossa organização foi pronta e eficaz. Assim, se no ano 2020 não foi possível ter reuniões de presença, uma forma hibrida (mas principalmente on-line) de reunião anual foi organizada o ano passado 2021 em Roma. Em 2021 os grupos

regionais se reuniram on-line, mas esse ano o Grupo Europeu celebrou a sua primeira reunião pos-Covid em Porto, o Grupo Africano em Tunis e Grupo IBA aqui mesmo em São Paulo. Todos estamos esperando também com impaciência a reunião presencial de Tel Aviv em setembro e a preparação desse evento esta já muito bem encaminhada.

Algumas palavras também queria falar sobre a atividade intelectual da UIM. Os colegas lembram certamente do grande sucesso da nossa associação no ano de 2017, que foi a aprovação, em Santiago do Chile, do novo texto do Estatuto Universal do Juiz. O documento é composto por nove artigos, tratando dos seguintes temas: (1) Princípios Gerais; (2) Independência externa; (3) Independência interna; (4) Recrutamento e formação; (5) Nomeação, promoção e avaliação; (6) Ética; (7) Disciplina; (8) Remuneração, Proteção Social e Aposentadoria; (9) Aplicabilidade do Estatuto.

Os principais recursos do Estatuto aprovado em 2017, quando comparado à sua versão de 1999, podem ser resumidos da seguinte forma:

- Dedicar todo um novo capítulo ao aspecto da independência interna;
- Reconhecer e destacar o papel desempenhado pelos Conselhos de Justiça;
- Insistir no princípio da inamovibilidade;
- Evitar, tanto quanto possível, a nomeação feita por período determinado;
- Reconhecer o papel fundamental desempenhado pela formação inicial e continuada;
- Destacar o papel da eficiência judicial;
- Criar uma série de princípios de ética judicial, valorizando o papel dos “Códigos de ética judicial”;
- Reconhecer a aplicabilidade das regras principais do novo Estatuto não só a todas as pessoas que exerçam funções judiciais, inclusive juízes não-profissionais, mas também aos membros do ministério público.

Uma parte especial do nosso site web é dedicada à coleta de versões em vários idiomas deste documento, inclusive da língua portuguesa, que foi feita pelo nosso caro colega português, o atual Presidente da UIM, José Manuel Igreja Matos.

Esse ano foi publicado um outro grande acontecimento da nossa organização. Estou falando do estudo sobre a criação de associações de juízes. Um dos problemas práticos que enfrentamos é o seguinte: varias vezes nos somos contactados pelos colegas que queriam participar das nossas atividades, mas pertencem a países onde nenhuma associação existe. Isso acontece em particular em países de *common law* e de tradição anglo-saxone. O Comitê da presidência da UIM resolveu assim de publicar um livro que tem um modelo de estatuto “tipo” de uma associação de juízes, junto com una escolha de estatutos de algumas associações, membros da UIM, de tradição continental assim que de *common law*: França, Itália, Nova Zelândia, Portugal, África do Sul, Estados Unidos da América, inclusive a Opinião núm. 23 (2020) do CCJE (Conselho consultivo dos juízes da Europa), sobre “O papel das associações de juízes no apoio à independência judicial”.

A Secretaria Geral da UIM esta contactando assim os Tribunais Supremos e vários juízes de países como a Índia, a Nigéria, a Nigéria, a Correea, a Etiópia, o Zâmbia, a Malásia, etc., enviando essa publicação, de jeito a tentar de convencer esses colegas da importância de criar uma associação de juízes, que um dia poderia também se virar membro da nossa organização.

Finalmente queria dizer algumas palavras de apresentação do novo site *web* da UIM na parte relativa aos quatro Grupos Regionais. O que nos queremos fazer aqui é valorizar a riqueza e a variedade das experiências locais. Todos sabemos bem que a luta pela independência judicial é um assunto mundial, que se combate de jeito diferente, mas com o mesmo fin. Entao, a experiência adquirida num país pode ser útil e interessante também para outros países que conhecem os mesmos problemas, ou problemas parecidos. Por esse motivo quero convidar todos os colegas de todos os países da UIM a colaborar nessa iniciativa. Entao nos pedimos de nos enviar breves informes (se possível, em inglês, aliás também em espanhol o português) sobre as atividades ou os acontecimentos ocorrentes nos seus países que podem ser de interesse por toda a UIM. A Secretaria Geral editara esses informes no site web do Grupo Regional a que pertence à associação que tera enviado essas notícias.

Falando da língua portuguesa, temos de observar que, atualmente, a UIM possui entre seus membros sete, associações cujo idioma oficial é o Português: Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste.

Isso era tudo o que eu tinha a dizer neste momento.

Muito obrigado pela vossa atenção!

Giacomo Oberto
Secretario Geral da UIM